

POLÍTICA E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA

OLIVEIRA, Yamonan Larissa dos Santos¹ (yamonanlarissa@hotmail.com); **SILVA, Elisabeth Maria de Mendonça**² (elisabethmariamendonca@yahoo.com.br);

¹ Discente do curso de Direito da UEMS – Paranaíba; PIBEX/UEMS.

² Docente do curso de Direito da UEMS - Paranaíba;

Os direitos fundamentais estão assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente no artigo 5º. Dentro do rol dos inúmeros direitos fundamentais, estão os direitos políticos. Porém, muitas vezes há um vago, ou até mesmo equivocado entendimento, por parte da população, sobre o que vem a ser a política, o que interfere na forma como as pessoas compreendem e buscam os direitos a elas resguardados. A temática política se mostra intimamente ligada com o tema da cidadania, também carente de entendimento e prática, protegida em alguns artigos do texto constitucional. Este trabalho teve como objetivo orientar e esclarecer sobre alguns conceitos que fazem parte do Estado Democrático de Direito (política e cidadania), bem como demonstrar como a verdadeira prática política leva à consubstanciação da cidadania. Somado a esta finalidade, buscou-se demonstrar como os indivíduos podem exercer tais direitos. Para tanto, foram realizadas visitas a duas escolas (rede pública e privada de ensino), a fim de coletar dúvidas e esclarecê-las; utilizou-se como amparo e fundamentação referenciais teóricos, visitas aos órgãos públicos. Dessa forma, a troca de experiências operadas permitiu com que houvesse a participação de diferentes setores responsáveis pelo processo educacional, bem como o fortalecimento da troca de saberes a fim de superar as desigualdades e exclusão existentes. Todos os membros envolvidos neste projeto desfrutaram desse processo, em que a universidade, representada pela coordenadora do projeto, puderam socializar e disponibilizar seu conhecimento e serviços, exercendo sua responsabilidade social para com a educação, compromisso esse firmado buscando uma melhoria na qualidade de vida e luta pela firmação dos direitos trabalhados. Foi possível despertar o interesse e instigar a curiosidade das partes envolvidas nesse processo através da criação e recriação de conhecimentos que extrapolam os muros das escolas e das universidades. Assim os conceitos formais trabalhados, foram relacionados ao cotidiano e analisados por meio de uma visão crítica que interrelacionou os conhecimentos da academia e comunidade, havendo uma troca de valores entre estas, fazendo com que todos os envolvidos se sentissem parte ativa de toda marcha educativa. Constatou-se assim que o conhecimento produzido pelas instituições universitárias deve inevitavelmente possuir intenções de transformar a realidade social, intervindo em suas deficiências e não se resumindo apenas à formação dos alunos regulares da instituição. De fato, a responsabilidade das universidades deve ser de instruir cidadãos para atuarem no mundo de forma cidadã e humana, e exteriorizar os conhecimentos de que é detentora de forma a socializar e democratizar o conhecimento formando também os “não universitários”.

Palavra-chave: Direitos. Efetivação. Dignidade.

Agradecimentos: Ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão PIBEX, vinculado à Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - PROEC/UEMS pela concessão de bolsa de extensão.